

POLÍTICA ECONÔMICA BAIANA: Que fração de classe dirige nossa economia, sobre quais condições e quais as consequências dessa hegemonia?

GT 7 - Economia Política, História do Pensamento Econômico, Economia Comportamental

Magno Luiz da Costa Oliveira¹

Uma classe se faz a ferro e fogo na luta pelos seus interesses econômicos estruturados nas relações específicas no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Somente assim podemos entendê-la como força social, ou seja, como força política. A burguesia baiana é fruto dessa luta entre as articulações capitalistas internacionais, nacionais e regionais. As frações burguesas disputam interesses entre si e aquela que consegue se hegemonizar enquanto força dirigente é aquela que melhor corresponde à política econômica do Estado. A presente pesquisa tem por objetivo analisar a conformação da burguesia baiana, o processo histórico das frações que a compõem, suas disputas internas articuladas com os interesses econômicos das burguesias internacionais diante do atual estágio do desenvolvimento do capitalismo neoliberal. A metodologia de trabalho se dará com a análise de períodos históricos tendo como base o materialismo histórico dialético utilizando o arcabouço teórico de Nicos Poulantzas, e as propostas de análise de Danilo Enrico Martuscelli e Armando Boito Junior dialogando ainda de maneira embrionária com pensadores como Rômulo Almeida, Fernando Cardoso Pedrão e Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. Sendo assim, a análise terá como eixo três grandes períodos históricos, a saber: 1- a antiga dependência, caracterizada pela estrutura agrária-exportadora. Aqui os países de capital periférico desempenhavam o papel de fornecedores de matérias-primas e produtos agrícolas aos países imperialistas recebendo em contrapartida investimentos em infraestrutura, transporte e energia, e suporte financeiro para a comercialização de produtos primários; 2- a “nova dependência”, articulada ao modelo capitalista de substituição de importações, movimento que criou dificuldades à importação de mercadorias e não apoiou o mesmo tipo de restrição à importação de capitais

¹ Graduado em Filosofia com especialização em Epistemologia e Fenomenologia. Mestre em Linguagens e Representações. Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Email: magnoluizgarcia@gmail.com

permitindo a industrialização subordinada desses países principalmente com a instalação de filiais das multinacionais; e 3- a “novíssima dependência”, que está associada ao modelo capitalista neoliberal. Nessa estrutura política econômica, os países imperialistas condicionam a periferia do mundo a atrair investimentos externos sem garantir como troca nenhuma política que permita o mínimo de desenvolvimento (Martuscelli, 2018). De maneira introdutória podemos relacionar o primeiro período com a presença do capital inglês no século XIX no estado baiano. Aqui tínhamos a presença de comerciantes exportadores e importadores, industriais da construção civil, fumo e cacau. No entanto, quem dava a linha política no Estado eram os profissionais liberais, advogados, juristas, médicos, engenheiros e políticos profissionais que viviam de renda, cargos públicos cimentando o burocratismo de Estado. No segundo período temos o processo de industrialização na Bahia, inaugurada no final da década de 50, alicerçada numa ideologia nacional-desenvolvimentista se caracterizou pelas atividades relacionadas a prospecção, extração e refino de petróleo no Recôncavo que permitiu o fortalecimento da burguesia comercial da capital, a capilarização da malha rodoviária, a utilização das matérias-primas do petróleo por indústrias petroquímicas privadas e utilização do gás natural. A síntese desse processo conjugada com o Golpe de Estado na década de 60 foi uma oligarquia que se colocou como representante dos interesses baianos. Nesse sentido, de 1970 adiante, na esfera da política do governo federal de substituição de importações, a Bahia foi beneficiada com projetos industriais que objetivavam a produção de bens intermediários articulados com a produção na região sudeste do país. Tal estrutura econômica baiana alinhavada a economia da região sudeste começa enfrentar contratempos já no final da década de 80. A crise financeira que solapa o país nesta década será sentida na Bahia com maior intensidade nos meados de 1990, principalmente com a guerra fiscal com outras regiões. Nesse cenário temos o terceiro período. O neoliberalismo mudou a economia baiana. A abertura comercial e a série de privatizações deu início há uma reestruturação no mundo do trabalho no estado que será vocalizada pelo sindicalismo que ganha força e autonomia na região metropolitana de Salvador. A burguesia baiana, hegemônica pela oligarquia industrial, capitaneada pelo polo petroquímico, embora continuasse lutando para manter seus interesses, começa a perder, paulatinamente, espaço político. Nos primeiros anos do séc. XXI, setores do agronegócio e da mineração, principalmente do oeste baiano, das áreas irrigadas do vale do Rio São Francisco e do pólo de celulose no extremo sul, ganham força na economia, mas só consegue vocalizar plenamente seus interesses de classe em aliança com as organizações da classe trabalhadora baiana que estavam descontentes com o

alto índice de desemprego e piora nas condições de trabalho. É necessário aprofundarmos como acontece essa aliança sobre os marcos do desenvolvimento desigual e combinado e os interesses da burguesia associada. Até aqui o resultado da nossa pesquisa aponta que mesmo sobre o avanço do neoliberalismo nesse período é terraplanada a constituição de uma Frente Neodesenvolvimentista na Bahia. Entende-se como neodesenvolvimentismo a aliança de classes que tem um programa de política econômica e social que objetiva o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, mesmo que tal atitude não desestruture os limites dados pelo modelo econômico neoliberal vigente no país (Boito, 2018). Na Bahia essa frente garante a interiorização do capitalismo com base na exportação de *commodities* enquanto simultaneamente, articulada com as políticas federais, permitiu investimentos que melhoraram a vida da classe trabalhadora baiana. Ao observar os dados do PNAD entre 2003 e 2012 é sensível essa melhora. A atual crise do capitalismo acelerou as ações imperialistas na América Latina, destruiu a frente neodesenvolvimentista no Brasil. Podemos colocar o golpe de 2016 como marco histórico dessa destruição. Nesse esquadro histórico fica mais evidente a caracterização do terceiro período, nesse momento a burguesia agrária e mineral aumenta sua força no bloco no poder atendendo aos interesses do estado baiano que na relação com o mercado internacional e as disputas interregionais têm como única saída estruturar, ainda mais, sua economia na exportação de *commodities*. A política econômica do estado baiano favoreceu essa fração burguesa que se formou respondendo os interesses do capital internacional, principalmente da China, aumentando a fronteira agrícola e mineral, garantindo a estrutura logística, técnica e a concentração de terra para que este se reproduzisse. Compreender a movimentação das frações burguesas neste momento de profunda crise política é de fundamental importância para entendermos como é possível pautar um modelo de desenvolvimento que não se confunda com meros ciclos de crescimento e que permita a melhoria da vida da classe trabalhadora. Temos ciência que esta pesquisa é bastante embrionária e cheia de lacunas, apresentá-la aos estudantes e docentes tem por objetivo promover o debate para preenchê-las.

Palavras-chave: Economia Política. Frações de Classe. Hegemonia. Neodesenvolvimentismo. Economia Baiana.